***AFBNB 2015/022***

Fortaleza-CE, 09 de março de 2015

Aos(As) Excelentíssimos(as) Senhores(as)

Deputados(as) do Nordeste, Minas Gerais e do Espírito Santo da 55ª Legislatura Brasileira

Câmara dos Deputados

Brasília - DF

Assunto: **2015 – mais um ano de mobilização e luta pelo desenvolvimento regional e pela valorização dos trabalhadores**

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Parlamentar,

No período de 3 a 5 de fevereiro de 2015, a Associação dos Funcionários do BNB-AFBNB esteve em Brasília visitando diversos gabinetes, salas de comissões e salões no Congresso Nacional, apresentando o nosso 1º documento aos parlamentares neste ano *(conforme arquivo anexo)*. Assim, retomamos a agenda institucional, realizada há pelo menos dez anos, em que os trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil, representados pela sua Associação, buscam interlocução com os deputados no sentido de fazer valer a voz de quem, há 29 anos, no contexto de um projeto nacional, luta pelo desenvolvimento da Região Nordeste e partes dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; pela estruturação dos órgãos de apoio ao desenvolvimento regional, como o BNB; e pela valorização dos trabalhadores, em nível das lutas gerais e também corporativas, inclusive quanto a perdas de direitos não resgatados nas últimas gestões do governo federal.

Nosso país vive um momento importante de sua história. A conjuntura mundial, a situação econômica brasileira, o resultado das últimas eleições presidenciais, as expectativas do povo em geral por resultados concretos na perspectiva do desenvolvimento justo e equânime da Nação, além da necessidade de prevalência da ética na política, impõem ao Congresso Nacional **não deixar** que os trabalhadores e os mais pobres paguem a conta, como está acontecendo também nesse início do novo governo Dilma (**MPs 664 e 665**). Na perspectiva dos trabalhadores, entendemos que não dá para tergiversar quanto ao que foi dito recentemente: “nenhum direito a menos, nenhum passo atrás”.

Neste ano de 2015, nosso mote principal é “Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil”, documento entregue aos presidenciáveis e à Presidenta Dilma Rousseff e publicado no site da AFBNB:

<http://www.afbnb.com.br/arquivos/File/Nordeste_sem_ele_nao_ha_solucao_cartilha.pdf>, com todas as nossas propostas gerais e corporativas.

Entendemos que o combate às desigualdades regionais precisa estar ancorado em reformas democráticas fundamentais na construção de um Brasil-Nação, como a **reforma agrária popular**, **reforma política**, **reforma tributária** e a radicalização da democratização da **educação de qualidade em todos os níveis**, apropriadas pelo povo e com visão histórico-estratégica e não, simplesmente, fruto da luta pelo poder a qualquer custo. Por tudo isso, a AFBNB espera demarcar 2015 como o **ano de mobilização e luta pelo desenvolvimento regional**. Nosso esforço é no sentido de que as organizações de apoio ao desenvolvimento regional, junto com outras entidades, centrais sindicais e movimentos populares provoquem as presidências das duas casas no Congresso Nacional, a bancada nordestina, a sociedade brasileira e da região Nordeste, através de mobilizações sistemáticas, por meio de suas mídias e *in loco*, nas ruas, na Câmara e no Senado.

Nesse contexto, apresentamos abaixo os principais temas de interesse dos trabalhadores do Banco do Nordeste nesta 55ª legislatura:

* **Projeto Nacional de Desenvolvimento** – A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (nova PNDR) não pode ser aprovada sem a definição junto com a sociedade de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Isto passa pela discussão do Projeto Nordeste da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e da proposta da nova PNDR que está na Casa Civil. De igual forma, passa também, entre outras ações, pela regulamentação dos artigos da Constituição Federal de 1988, que garantam a inserção da dimensão regional nas políticas e planos do governo federal e a regionalização dos instrumentos de planejamento e orçamentos federal e estaduais. A inclusão do recorte regional em todos os projetos e programas nacionais de desenvolvimento deve ser norma, na medida em que pressupõe tratamento diferenciado para as regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), de modo a reduzir significativamente a desigualdade entre os indicadores sociais/econômicos dessas regiões e o restante do Brasil.
* **Fortalecimento dos Órgãos Regionais –** Para apoiar um projeto nacional de desenvolvimento focado nas regiões Norte e Nordeste, especialmente, é necessário que os Órgãos Regionais sejam fortalecidos (reestruturação com valorização dos trabalhadores, maior capilaridade, mais funcionários) e tenham capacidade de integrar e potencializar ações estratégicas. Isto passa, entre outras ações, pelo encaminhamento/efetivação de propostas/Projetos de Lei quanto a um Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste; ao aporte de capital social ao Banco do Nordeste do Brasil (Lei 12.712/2012); à instituição do Fundo do Semiárido (PEC 57/1999); ao direcionamento obrigatório de recursos dos Fundos Setoriais para pesquisa e inovação ao Norte e Nordeste com composição de fundo financeiro administrado e operacionalizado pelo BASA/Banco do Nordeste; à regulamentação do Artigo 192 da Constituição Federal; e o fim da transferência das poupanças do Nordeste para o Sudeste.
* **Valorização dos trabalhadores em geral** – Desenvolvimento se faz com justiça social, por isso é fundamental sob a ótica dos trabalhadores, entre outras ações, a retirada das MPs 664 e 665, assim como do PL da terceirização (PL 4330/2004); a extinção do fator previdenciário (PLS 3299/2008); a redução da jornada de trabalho sem redução de salário; a isonomia salarial, benefícios e vantagens entre os trabalhadores de bancos públicos (PL 6259/2007); a reintegração dos trabalhadores injustamente demitidos do BNB no período de 1995 a 2003 (PL 343/2007, Câmara e PLS 068/2007, Senado).

Ratificamos que diante da conjuntura é inexorável a democratização das relações com os segmentos populares e com as entidades de trabalhadores, possibilitando que, a exemplo das manifestações sociais de junho de 2013, tenha significativa importância na definição das políticas públicas e na atuação do Estado nacional. A interlocução no Congresso Nacional e nas casas legislativas estaduais tem que ser uma etapa estratégica que paute um Brasil melhor, a partir da ausculta das ruas, e projete resultados concretos, aderentes à lógica dos trabalhadores e dos que mais precisam na ação político-institucional.

Com essa pauta, a AFBNB estará presente e atenta aos movimentos na Câmara e no Senado. E contamos, desde já, com vosso apoio nos nossos pleitos gerais e corporativos. Colocamo-nos à disposição para debater os pontos aqui explanados.

Respeitosamente,

Rita Josina Feitosa da Silva

Presidenta